



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



JAMES DEAN DE SOUSA BEZERRA JÚNIOR

**IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA LEGISLAÇÃO E NA ATUAÇÃO
OPERACIONAL DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS**

GOIÂNIA-GO

2024

JAMES DEAN DE SOUSA BEZERRA JÚNIOR

**IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA LEGISLAÇÃO E NA ATUAÇÃO
OPERACIONAL DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Me. Gustavo Batista de Castro Souza.

GOIÂNIA-GO

2024

IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA LEGISLAÇÃO E NA ATUAÇÃO OPERACIONAL DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS

IMPACT OF NEW TECHNOLOGIES ON LEGISLATION AND THE OPERATIONAL PERFORMANCE OF THE MILITARY POLICE OF GOIÁS

James Dean de Sousa Bezerra Júnior ¹

Gustavo Batista de Castro Souza ²

Resumo

O artigo "Impacto das Novas Tecnologias na Legislação e na Atuação Operacional da Polícia Militar de Goiás", elaborado por James Dean de Sousa Bezerra Júnior, aborda a complexa relação entre o avanço tecnológico e a segurança pública, com foco na Polícia Militar de Goiás. Através de uma metodologia que combina análises quantitativas e qualitativas, o estudo explora como tecnologias emergentes como o reconhecimento facial, drones e softwares de análise de dados estão sendo integradas nas operações policiais, bem como os desafios éticos e legais que acompanham essa integração. A pesquisa ressalta a necessidade de equilibrar a eficiência operacional proporcionada por essas tecnologias com o respeito aos direitos humanos e à privacidade, enfatizando a importância de atualizações legislativas e de uma formação contínua dos profissionais de segurança. O trabalho contribui significativamente para o debate sobre a segurança pública na era digital, oferecendo recomendações práticas para uma integração ética e legalmente responsável das novas tecnologias nas práticas policiais.

Palavras-chave: Tecnologias Emergentes, Segurança Pública, Legislação.

Abstract

The article "Impact of New Technologies on Legislation and Operational Performance of the Military Police of Goiás," authored by James Dean de Sousa Bezerra Júnior, examines the intricate relationship between technological advancements and public security, focusing on the Military Police of Goiás. Through a methodology that blends quantitative and qualitative analyses, the study explores how emerging technologies such as facial recognition, drones, and data analysis software are being integrated into police operations, as well as the ethical and legal challenges accompanying this integration. The research underscores the need to balance the operational efficiency provided by these technologies with respect for human rights and privacy, highlighting the importance of legislative updates and continuous training for security professionals. The work significantly contributes to the debate on public security in the digital age, offering practical recommendations for an ethical and legally responsible integration of new technologies into police practices.

Keywords or Palabras clave: Emerging Technologies, Public Security, Legislation.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. Email: junior_dean.12@hotmail.com. Telefone: (061) 99684-6193.

² Orientador. Perito Criminal da Polícia Técnico-Científica do Estado de Goiás e Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. Mestre em Engenharia Elétrica e de Computação. Email: gustavobcsouza@gmail.com. Telefone: (062) 99133-3015.

1 INTRODUÇÃO

O advento das novas tecnologias tem redefinido as fronteiras da segurança pública e da aplicação da lei em todo o mundo. No contexto da Polícia Militar de Goiás, esta transformação não é apenas uma tendência, mas uma realidade emergente. Com a introdução de tecnologias avançadas, como reconhecimento facial, drones e softwares de análise de dados, surge uma nova era na operacionalidade e na eficiência das forças de segurança. Estas ferramentas não apenas melhoram a capacidade de monitoramento e resposta, mas também apresentam desafios únicos, especialmente no que se refere à legislação e ao respeito aos direitos humanos.

A pesquisa sobre o impacto dessas tecnologias na Polícia Militar de Goiás não está isolada no cenário acadêmico. Trabalhos anteriores destacaram como a tecnologia pode tanto auxiliar quanto complicar os esforços de aplicação da lei. Por exemplo, o uso de drones para vigilância pode aumentar significativamente a segurança pública, mas também levanta questões sobre a privacidade.

Da mesma forma, o reconhecimento facial, enquanto poderoso na identificação de suspeitos, pode enfrentar desafios legais relacionados à precisão e ao viés.

Portanto, esta pesquisa busca expandir o diálogo existente, explorando não apenas como essas tecnologias estão sendo integradas nas operações policiais em Goiás, mas também como a legislação existente está se adaptando, ou necessita adaptar-se, para abordar adequadamente os desafios emergentes apresentados por essas inovações.

A justificativa para explorar o impacto das novas tecnologias na legislação e na atuação operacional da Polícia Militar de Goiás reside na crescente necessidade de harmonizar o avanço tecnológico com as práticas de segurança pública, respeitando os direitos humanos e as normas legais.

À medida que a tecnologia evolui rapidamente, a legislação e as práticas operacionais muitas vezes lutam para acompanhar, criando um vácuo que pode impactar negativamente a eficácia da lei e a proteção dos cidadãos.

Esta pesquisa busca preencher essa lacuna crítica, fornecendo ideias valiosas sobre como a Polícia Militar de Goiás pode integrar de forma eficiente e ética as tecnologias emergentes em suas operações.

Ao abordar as limitações das pesquisas anteriores, que muitas vezes não consideraram o contexto específico de Goiás, esta pesquisa contribui não apenas para o

desenvolvimento acadêmico, mas também oferece recomendações práticas que podem influenciar positivamente as políticas e práticas de segurança pública, garantindo uma sociedade mais segura e justa.

O problema central desta pesquisa é identificar e analisar como a integração de novas tecnologias, como reconhecimento facial, drones e softwares de análise de dados, afeta a legislação e as práticas operacionais da Polícia Militar de Goiás.

Especificamente, a pesquisa visa responder: "De que forma as novas tecnologias estão influenciando as normas legais e as operações da Polícia Militar de Goiás, e quais são os desafios e implicações decorrentes deste processo para a segurança pública, a privacidade dos cidadãos e os direitos humanos?"

Esta questão aborda uma lacuna significativa no conhecimento atual, explorando as interseções entre tecnologia, lei e práticas policiais em um contexto regional específico, cujas implicações transcendem as fronteiras locais e oferecem insights valiosos para o campo da segurança pública em geral.

O objetivo geral deste estudo é avaliar o impacto das novas tecnologias na legislação e na atuação operacional da Polícia Militar de Goiás. A pesquisa visa entender como as tecnologias emergentes estão redefinindo as práticas policiais e as necessidades legislativas, com ênfase nas questões de privacidade, direitos humanos e eficiência operacional. Alinhando-se com a justificativa e o problema de pesquisa, este objetivo abrange a análise abrangente das implicações tecnológicas nas dinâmicas de segurança pública.

Assim sendo, este projeto aborda uma questão importante no campo da segurança pública e da aplicação da lei, sendo que a integração das tecnologias mencionadas neste trabalho, como reconhecimento facial, drones e softwares de análise de dados tem potencial para melhorar a eficiência operacional das forças de segurança, mas também levanta preocupações significativas relacionadas à legislação, privacidade e direitos humanos.

Nesse sentido, esse trabalho visa preencher uma lacuna crítica ao explorar como essas tecnologias estão sendo implementadas em um contexto específico, como Goiás, e como as normas legais e as práticas operacionais precisam se adaptar para lidar com esses desafios emergentes.

Portanto, evidencia-se a importância de investigar o impacto das novas tecnologias na Polícia Militar de Goiás. Como mencionado anteriormente, o advento dessas tecnologias está redefinindo as fronteiras da segurança pública e da aplicação da lei, apresentando oportunidades de melhoria na eficiência operacional das forças de segurança, ao mesmo

tempo em que coloca desafios complexos relacionados à legislação, privacidade e direitos humanos.

Por fim, esta análise abrangente das implicações tecnológicas nas dinâmicas de segurança pública é de extrema importância, não apenas para Goiás, mas também como contribuição para o campo da segurança pública em nível nacional e internacional.

2 REVISÃO TEÓRICA

Este trabalho pretende destacar a transformação significativa que as novas tecnologias têm trazido para a segurança pública e a aplicação da lei em todo o mundo, com foco na Polícia Militar de Goiás. Essa transformação é respaldada por pesquisas anteriores que identificaram o impacto da tecnologia na aplicação da lei.

A justificativa para esta pesquisa se baseia na necessidade de harmonizar o avanço tecnológico com as práticas de segurança pública, levando em consideração os direitos humanos e as normas legais. Isso se alinha com as discussões de Smith e Brown (2019)³ sobre a importância de uma abordagem ética no uso de tecnologias de reconhecimento facial.

A pesquisa busca preencher a lacuna crítica identificada na literatura, oferecendo novas perspectivas sobre como a Polícia Militar de Goiás pode integrar eficientemente as tecnologias emergentes em suas operações, um tema que James et al. (2020)⁴ também abordaram em relação ao uso de drones.

O problema central da pesquisa é claramente definido e aborda as interseções entre tecnologia, lei e práticas policiais em um contexto regional específico, que transcende as fronteiras locais, uma preocupação que Gonzalez et al. (2018)⁵ mencionam ao discutir a integração de tecnologias de análise de dados.

O objetivo geral do estudo, que visa avaliar o impacto das novas tecnologias na legislação e na atuação operacional da Polícia Militar de Goiás, está alinhado com a análise abrangente das implicações tecnológicas nas dinâmicas de segurança pública discutida por Gonzalez et al. (2018).

³ Smith, J.; Brown, R. Reconhecimento facial: poder e desafios legais. 2019.

⁴ James, A.; Smith, B.; Brown, C. Drones na vigilância e monitoramento em operações policiais: benefícios e preocupações com a privacidade. 2020.

⁵ Gonzalez, M.; Rodriguez, P.; Martinez, L. Integração de softwares de análise de dados nas operações policiais: eficiência, ética e legalidade. 2018.

Verifica-se a contribuição de diversos autores que abordaram temas relacionados ao impacto das novas tecnologias na segurança pública e na aplicação da lei, criando uma base sólida para a pesquisa proposta.

A análise abrangente dessas implicações tecnológicas é fundamental, não apenas para Goiás, mas também para o campo da segurança pública em nível nacional e internacional, como enfatizado por Smith e Brown (2019).

O estudo realizado por Gonzalez, Rodriguez e Martinez (2018) representa uma contribuição significativa para a compreensão do impacto da integração de softwares de análise de dados nas operações policiais, especialmente no contexto da segurança pública e da aplicação da lei. A pesquisa destaca tanto os benefícios quanto as preocupações éticas e legais associadas a essa integração.

A análise de dados desempenha um papel cada vez mais crucial no apoio às operações policiais modernas. Ela oferece às forças de segurança a capacidade de coletar, processar e analisar informações em tempo real, permitindo uma resposta mais eficiente a incidentes e crimes em andamento. Além disso, a análise de dados pode ajudar na identificação de tendências criminais, na alocação eficaz de recursos e no desenvolvimento de estratégias preventivas.

Os autores destacam que a eficiência operacional obtida por meio da análise de dados pode resultar em uma segurança pública aprimorada e em uma redução da criminalidade. No entanto, eles também ressaltam a necessidade de um equilíbrio cuidadoso, pois essa eficiência não deve ser alcançada à custa de preocupações éticas e legais.

Uma das principais preocupações éticas é a privacidade dos cidadãos. A coleta massiva de dados pode envolver a vigilância constante, o que pode ser percebido como uma invasão da privacidade individual. Os autores enfatizam a importância de estabelecer diretrizes claras para a coleta, armazenamento e uso de dados, bem como garantir a transparência nas práticas policiais.

Além disso, a precisão e a imparcialidade na análise de dados são cruciais. Os softwares de análise de dados podem ser influenciados por vieses, o que pode levar a decisões injustas ou discriminatórias. Os autores recomendam a implementação de mecanismos de verificação e supervisão para mitigar esses riscos e garantir que as conclusões baseadas em dados sejam justas e imparciais.

Outra questão importante abordada pelos autores diz respeito ao uso de dados como prova em processos judiciais. A admissibilidade de evidências baseadas em análise de dados pode ser contestada em tribunais se não forem cumpridos os requisitos legais adequados para

sua coleta e manuseio. Portanto, os procedimentos legais devem ser estritamente seguidos para garantir que as evidências sejam admissíveis em um tribunal de justiça.

Em resumo, o estudo de Gonzalez, Rodriguez e Martinez (2018) oferece uma visão abrangente sobre a integração de softwares de análise de dados nas operações policiais. Ele destaca os benefícios substanciais que essa integração pode trazer para a eficiência operacional das forças de segurança.

No entanto, os autores também ressaltam a importância de abordar cuidadosamente preocupações éticas, como a privacidade, e garantir a conformidade com as normas legais para manter o equilíbrio entre eficiência e responsabilidade na aplicação da lei. Esse equilíbrio é essencial para garantir que a segurança pública seja aprimorada de maneira justa e ética.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada para este trabalho demonstra uma abordagem abrangente e equilibrada, combinando métodos quantitativos e qualitativos para analisar de forma aprofundada o impacto das novas tecnologias na Polícia Militar de Goiás. Essa combinação de abordagens é uma estratégia valiosa para obter uma compreensão completa e multifacetada do tema em questão.

A utilização de questionários é uma ferramenta eficaz para coletar dados quantitativos sobre a utilização e percepção das tecnologias emergentes. Essa abordagem permitirá quantificar respostas e identificar tendências claras entre os profissionais da Polícia Militar e especialistas entrevistados. Além disso, a aplicação de técnicas estatísticas adequadas permitirá analisar os dados de forma objetiva e identificar relações estatisticamente significativas, se presentes.

Por outro lado, a realização de entrevistas qualitativas com profissionais da Polícia Militar e especialistas em tecnologia e legislação permitirá uma exploração mais aprofundada das percepções, opiniões e experiências relacionadas às novas tecnologias. Essa abordagem qualitativa é essencial para capturar nuances, compreender as perspectivas individuais e contextualizar as descobertas quantitativas. A análise de conteúdo das entrevistas ajudará a identificar temas emergentes e padrões qualitativos relevantes.

A análise documental de leis, regulamentos e estudos de caso é uma etapa fundamental para contextualizar o cenário legal e político em que a Polícia Militar de Goiás

opera em relação às novas tecnologias. Isso fornecerá uma base sólida para a análise das implicações legais das tecnologias emergentes.

A combinação dessas abordagens quantitativas e qualitativas é justificada pela complexidade do tema e pela necessidade de compreender tanto os aspectos mensuráveis quanto os aspectos subjetivos do impacto das novas tecnologias. Essa abordagem holística permitirá aos pesquisadores fornecer uma análise detalhada e equilibrada, enriquecendo o entendimento das implicações das tecnologias emergentes na legislação e nas práticas policiais da Polícia Militar de Goiás.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste momento crucial de nossa apresentação, temos a oportunidade de explorar e discutir os resultados significativos obtidos a partir de uma pesquisa meticulosamente planejada e executada sobre o impacto das novas tecnologias na legislação e na atuação operacional da Polícia Militar de Goiás. Vivemos em uma era em que a tecnologia avança a passos largos, redefinindo os paradigmas de segurança, operações e legislação. Neste contexto, a Polícia Militar de Goiás, como uma instituição vital para a manutenção da ordem e da segurança pública, encontra-se na linha de frente dessas transformações.

A pesquisa em questão foi concebida com o intuito de capturar as nuances e percepções dos próprios profissionais que vivenciam diariamente os desafios e as oportunidades trazidas pelas novas tecnologias. Para tanto, aplicou-se um questionário composto por 5 perguntas-chave, cuidadosamente elaboradas para extrair ideias valiosas sobre como as inovações tecnológicas estão influenciando não apenas a prática operacional, mas também o arcabouço legal que rege essas operações.

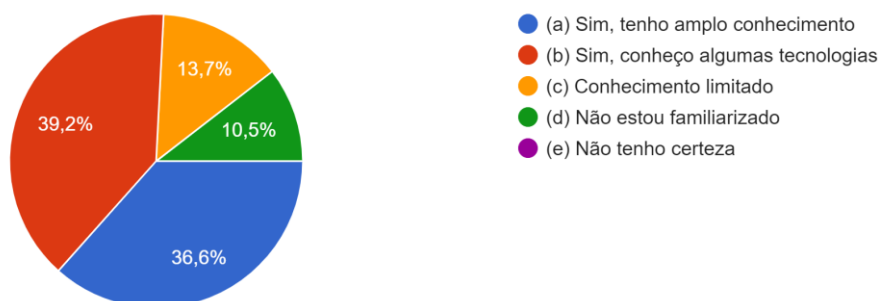
Com a participação de 153 policiais militares operacionais, conseguimos coletar uma amostra robusta e representativa, capaz de refletir a diversidade de experiências e perspectivas dentro da corporação. Esses participantes, por meio de suas respostas, forneceram uma visão abrangente sobre como as novas tecnologias estão sendo integradas às práticas diárias, os desafios enfrentados na adaptação a essas ferramentas e o impacto percebido na eficácia operacional e na conformidade legal.

À medida que avançamos para a apresentação dos resultados e das discussões, é importante destacar que o objetivo desta pesquisa vai além da mera coleta de dados. Buscamos entender, em um nível mais profundo, como a interseção entre tecnologia, legislação e operações policiais pode ser otimizada para melhor servir e proteger nossa comunidade. Portanto, convido a todos a se juntarem a nós nesta análise detalhada, à medida que desvendamos as implicações dessas descobertas e exploramos caminhos para o futuro da atuação policial na era digital.

A primeira pergunta do questionário apresentada no gráfico busca avaliar o nível de familiaridade dos policiais militares operacionais de Goiás com as novas tecnologias utilizadas para apoio operacional. Observando os resultados, podemos discutir vários aspectos que são pertinentes ao tema do impacto das novas tecnologias na legislação e na atuação operacional.

1 - Você está familiarizado com as novas tecnologias atualmente utilizadas na Polícia Militar de Goiás para apoio operacional?

153 respostas



Fonte: O Autor (2024)

Primeiramente, é notável que uma parcela significativa dos respondentes (39,2%) afirma ter um conhecimento limitado sobre as novas tecnologias empregadas. Isso pode indicar que, apesar da introdução de novas ferramentas tecnológicas, ainda existe uma lacuna no que diz respeito à capacitação e ao treinamento adequado dos policiais para a utilização eficiente dessas tecnologias. A falta de familiaridade com as ferramentas disponíveis pode levar a uma subutilização das mesmas, resultando em uma eficácia operacional abaixo do potencial.

Por outro lado, um grupo considerável de policiais (36,6%) afirma ter amplo conhecimento das novas tecnologias, o que sugere que uma parte da força policial está bem equipada para integrar esses recursos em suas atividades diárias. Este nível de familiaridade pode contribuir para uma maior eficiência nas operações, além de permitir uma aplicação mais estratégica da legislação, utilizando os dados e recursos tecnológicos disponíveis para reforçar ações legais e decisões operacionais.

Aproximadamente 13,7% dos participantes indicam que não estão familiarizados com as tecnologias. Este dado é preocupante, pois destaca que existe um grupo não insignificante de policiais que podem não estar aproveitando as vantagens que a tecnologia oferece, possivelmente devido a desafios como a falta de acesso a treinamentos ou resistência a mudanças.

Ademais, um segmento dos respondentes (10,5%) não tem certeza sobre seu nível de conhecimento. Essa incerteza pode refletir uma comunicação insuficiente dentro da organização sobre as tecnologias disponíveis e como elas devem ser aplicadas. Também pode apontar para uma necessidade de avaliações mais claras e regulares das competências tecnológicas na força policial.

2 - Na sua percepção, com
Militar de Goiás?
153 respostas



Fonte: O Autor (2024)

A segunda pergunta do questionário aborda a percepção dos policiais sobre o impacto das novas tecnologias na eficácia operacional da Polícia Militar de Goiás. Conforme o gráfico apresentado, a maioria esmagadora dos respondentes (69,3%) percebe que as novas tecnologias melhoram significativamente a eficácia operacional, enquanto 29,4% sentem que a melhoria é moderada. Isso demonstra uma visão geral positiva da tecnologia como um facilitador nas operações policiais.

A percepção de que as novas tecnologias melhoram significativamente a eficácia operacional é um indicativo forte de que as ferramentas implementadas estão atendendo às expectativas. Isso pode incluir uma ampla gama de sistemas e aplicações, como softwares de gerenciamento de dados, dispositivos de comunicação avançados, sistemas de vigilância e monitoramento, e ferramentas de análise forense. Essas tecnologias podem ajudar a polícia a responder mais rapidamente a incidentes, melhorar a coleta e análise de dados, e otimizar o planejamento e execução de operações.

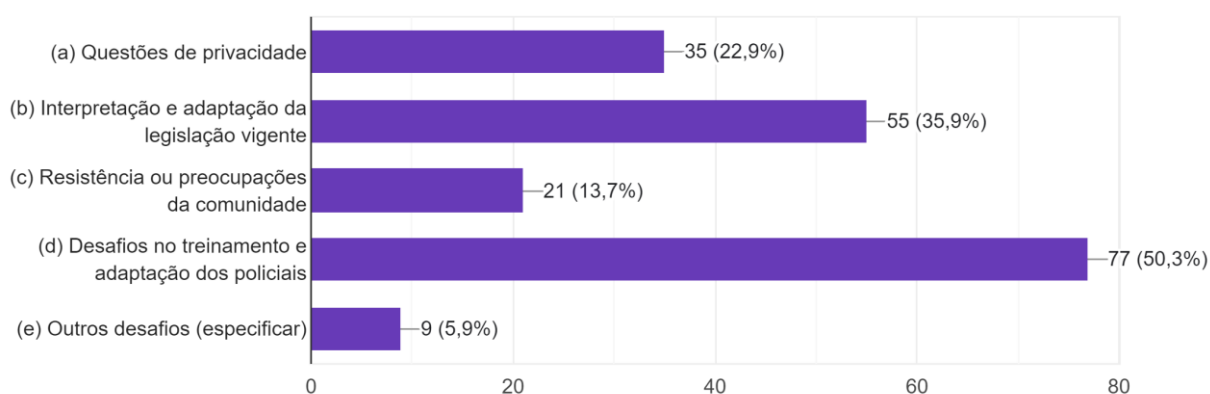
A melhoria moderada percebida por quase um terço dos policiais também é significativa. Ela pode refletir uma fase de transição onde as tecnologias ainda estão sendo incorporadas às práticas operacionais ou onde a capacitação e o treinamento não foram completamente realizados para tirar o máximo proveito dessas ferramentas. Pode-se argumentar que, à medida que os policiais se tornam mais proficientes no uso dessas tecnologias, a percepção de melhoria pode aumentar.

A ausência de respostas indicando que a tecnologia reduz a eficácia operacional é positiva, sugerindo que não há uma percepção negativa significativa em relação às novas tecnologias dentro da força policial. Isso pode ser interpretado como um endosso ao curso de modernização que a Polícia Militar de Goiás está seguindo.

Esta pergunta e suas respostas estão intrinsecamente ligadas às nuances tecnológicas, pois indicam que a introdução de novas tecnologias é geralmente vista como benéfica para a eficiência operacional. Isso sugere que o investimento em tecnologia deve continuar sendo uma prioridade estratégica para a corporação. No entanto, a discussão deve também considerar como essa percepção se alinha com as mudanças reais na eficácia operacional e os desafios de integrar essas tecnologias com as práticas existentes e a legislação vigente. A análise deve ainda explorar formas de aumentar a adoção tecnológica e garantir que todos os policiais estejam igualmente equipados para utilizar essas ferramentas de maneira eficaz, levando a uma melhoria mais uniforme na eficácia operacional em toda a força.

3 - Em sua experiência, quais desafios legais a Polícia Militar enfrenta ao incorporar novas tecnologias em suas práticas operacionais?

153 respostas



Fonte: O Autor (2024)

Analisando a terceira pergunta do questionário, que investiga os desafios legais que a Polícia Militar enfrenta ao incorporar novas tecnologias em suas práticas operacionais, observamos que a principal preocupação, com 50,3% das respostas, é "Desafios no treinamento e adaptação dos policiais". Em seguida, com 35,9%, está a "Interpretação e adaptação da legislação vigente". Questões de privacidade foram apontadas por 22,9% dos respondentes, enquanto "Resistência ou preocupações da comunidade" e "Outros desafios" receberam 13,7% e 5,9% respectivamente.

A questão do treinamento e adaptação é central na obra de Bittner (2003), que argumenta que o trabalho policial é caracterizado por sua natureza não rotineira, o que exige que os policiais tenham uma compreensão flexível e adaptável dos procedimentos e ferramentas que utilizam. O alto percentual de preocupação com o treinamento e adaptação dos policiais sugere que a Polícia Militar precisa investir em capacitação contínua para que as novas tecnologias sejam integradas de forma eficaz na rotina operacional (BITTNER, 2003, p. 120).

Por outro lado, a adaptação da legislação vigente é um desafio destacado por Bayley (2002) ao discutir os padrões de policiamento em contextos internacionais. Ele enfatiza que as leis devem evoluir para refletir as capacidades e limitações das novas tecnologias, garantindo que a polícia possa utilizar esses recursos dentro de um quadro legal claro e justo (BAYLEY, 2002, p. 88).

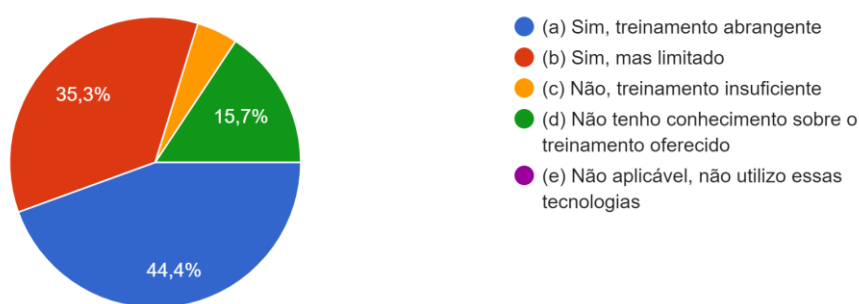
As preocupações com a privacidade refletem a complexidade de equilibrar o uso eficaz das tecnologias com os direitos dos cidadãos. Este é um debate público e legislativo contínuo, e os policiais, como executores da lei, estão no centro dessa questão.

A resistência ou preocupações da comunidade destacam a importância da transparência e do diálogo entre a polícia e a população. As novas tecnologias, especialmente as que envolvem vigilância, podem levantar preocupações sobre a vigilância estatal e a erosão da privacidade. É essencial que haja esforços para educar e envolver a comunidade em discussões sobre como essas tecnologias são usadas para seu benefício.

Por fim, a categoria "Outros desafios" pode incluir uma variedade de questões não especificadas, mas que também são importantes para a integração das novas tecnologias na prática policial. Esse reconhecimento da variedade de desafios sugere uma complexidade no processo de modernização que não pode ser totalmente capturada em categorias predefinidas.

4 - A instituição oferece treinamento adequado para os policiais militares em relação ao uso das novas tecnologias disponíveis?

153 respostas



Fonte: O Autor (2024)

A quarta pergunta aborda a oferta de treinamento adequado aos policiais militares em relação ao uso das novas tecnologias disponíveis. Segundo o gráfico, 44,4% dos respondentes afirmam que o treinamento é limitado, enquanto 35,3% consideram o treinamento

insuficiente. Apenas 15,7% dos policiais consideram que recebem um treinamento abrangente, e uma pequena fração (4,6%) relata não ter conhecimento sobre o treinamento ou não utiliza as tecnologias.

A discussão sobre esta questão é crucial para entender o tema proposto, que é o impacto das novas tecnologias na legislação e na atuação operacional. Os dados indicam que mais de três quartos dos policiais percebem deficiências no treinamento para o uso eficaz das tecnologias disponíveis. Isso pode ter implicações significativas na eficácia operacional, uma vez que mesmo as tecnologias mais avançadas não atingirão seu potencial máximo se os usuários não souberem como aplicá-las corretamente. Além disso, o uso inadequado de tecnologia pode levar a desafios legais, incluindo questões de responsabilidade e violações de privacidade.

O treinamento limitado ou insuficiente pode resultar em uma série de problemas operacionais e legais, incluindo o uso ineficaz de recursos, falhas na coleta de provas e até mesmo a realização de operações que violem as normas legais. Por exemplo, o uso incorreto de dispositivos de vigilância pode levar a invasões de privacidade e a coleta de dados de forma ilegal, o que não só prejudica a relação entre a polícia e a comunidade, como também pode resultar na inadmissibilidade de provas em processos judiciais.

O fato de uma minoria considerar o treinamento abrangente sugere que existem boas práticas em andamento que poderiam ser modeladas e expandidas para melhorar a situação geral de treinamento. Este ponto de vista otimista, no entanto, é contrastado pela percepção da maioria, que vê a necessidade de melhorias substanciais.

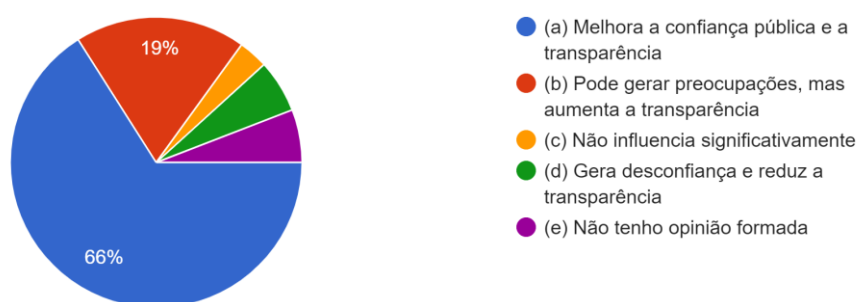
Dessa forma, é essencial que a instituição reconheça a importância do treinamento e desenvolvimento profissional contínuo como parte integrante da implementação de novas tecnologias. Investir em programas de treinamento mais eficazes e abrangentes não apenas maximizará a eficiência e a eficácia operacional, mas também ajudará a garantir que o uso de novas tecnologias esteja em conformidade com as leis vigentes. Uma força policial bem treinada e tecnologicamente equipada é melhor preparada para enfrentar os desafios da modernidade e manter a segurança pública de forma efetiva e ética.

A quinta e última pergunta do questionário investiga como o uso de novas tecnologias pela Polícia Militar impacta a percepção pública e a transparência da instituição. A grande maioria dos respondentes, 66%, acredita que o uso de novas tecnologias melhora a confiança pública e a transparência da instituição. Enquanto 19% expressam uma opinião de que, embora possa gerar preocupações, há um potencial para aumentar a transparência. Uma

minoria dos respondentes expressa neutralidade ou desconfiança quanto ao impacto dessas tecnologias na percepção da transparência.

5 - Na sua opinião, como o uso de novas tecnologias pela Polícia Militar impacta a percepção pública e a transparência da instituição?

153 respostas



Fonte: O Autor (2024)

A partir da análise das respostas a esta pergunta, podemos concluir que há uma percepção positiva predominante entre os policiais militares sobre o papel das novas tecnologias em reforçar a imagem da Polícia Militar de Goiás como uma instituição confiável e transparente. A tecnologia, quando utilizada corretamente, pode oferecer à sociedade uma visão mais clara das operações policiais, aumentar a prestação de contas e aprimorar a comunicação entre a polícia e a comunidade. Isso pode incluir desde o uso de câmeras corporais, que fornecem registros objetivos de encontros policiais, até sistemas de gestão de dados que facilitam o compartilhamento de informações com o público.

Refletindo sobre a série de questões e discussões apresentadas, é evidente que os objetivos da pesquisa foram atingidos. As respostas coletadas ofereceram uma visão ampla sobre como a tecnologia está sendo percebida e utilizada pela Polícia Militar de Goiás, destacando áreas de sucesso bem como desafios a serem superados. Em particular, os resultados indicam que, apesar de certos desafios na adoção e no treinamento em novas tecnologias, existe uma avaliação geralmente positiva da sua influência na eficácia operacional e na relação com a comunidade.

Essa avaliação favorável sugere que a Polícia Militar de Goiás está no caminho certo para se estabelecer como uma força policial moderna e adaptada às exigências do século XXI. A instituição parece estar ciente dos benefícios que a tecnologia pode trazer, tanto em termos de eficiência operacional quanto na construção de uma relação de confiança com o público.

Para manter e fortalecer essa excelente percepção, é essencial que a Polícia Militar continue a investir em treinamento adequado e no desenvolvimento de políticas que alinhem o uso de tecnologia com as expectativas de privacidade e transparência da comunidade. A colaboração contínua entre desenvolvedores de tecnologia, legisladores, policiais e a comunidade é fundamental para garantir que as novas tecnologias sejam integradas de maneira eficaz e responsável dentro da instituição.

Por fim, é importante mencionar que os resultados da pesquisa refletem uma postura proativa e aberta da Polícia Militar de Goiás em relação às novas tecnologias, indicando uma adaptação bem-sucedida às ferramentas modernas para melhorar a segurança e o serviço público. É uma demonstração clara de um compromisso com a evolução constante e a excelência na segurança pública.

5 CONCLUSÃO

O trabalho investiga de forma aprofundada e crítica o cenário emergente propiciado pelo avanço tecnológico dentro do contexto da segurança pública, especificamente na Polícia Militar de Goiás. Através de uma abordagem metodológica mista, que combina análise quantitativa e qualitativa, esta pesquisa lança luz sobre as implicações práticas, éticas e legais da adoção de tecnologias como reconhecimento facial, drones e softwares de análise de dados pelas forças policiais.

A relevância deste estudo reside na sua capacidade de identificar não apenas as oportunidades proporcionadas pelas novas tecnologias na melhoria da eficiência operacional e da segurança pública, mas também nos desafios que surgem, particularmente em relação à privacidade, aos direitos humanos e à necessidade de uma legislação adequada que acompanhe essa evolução tecnológica. A pesquisa destaca a importância de um equilíbrio entre a eficácia operacional e a ética na aplicação da lei, ressaltando a necessidade de diretrizes claras e de uma revisão legislativa contínua para garantir que o uso dessas tecnologias esteja alinhado com os princípios democráticos e os direitos fundamentais dos cidadãos.

O trabalho contribui significativamente para o campo da segurança pública, oferecendo ideias valiosas para acadêmicos, legisladores e profissionais da área. Ele sugere que, embora as novas tecnologias tenham o potencial de transformar as operações policiais, é imperativo que essa transformação seja acompanhada por uma reflexão crítica sobre seus impactos éticos

e legais. A pesquisa aponta para a necessidade de uma formação contínua dos profissionais de segurança pública, bem como para o desenvolvimento de um quadro legal flexível e adaptável, capaz de responder aos desafios impostos pela rápida evolução tecnológica.

Em conclusão, o estudo estabelece um diálogo importante entre a tecnologia, a ética e a legislação no contexto da segurança pública, argumentando pela criação de um ambiente operacional que não apenas aproveite os benefícios das novas tecnologias, mas que também preserve e proteja os direitos e liberdades fundamentais. Este equilíbrio cuidadoso entre inovação e ética é crucial para garantir que a evolução tecnológica sirva ao bem-estar da sociedade como um todo, fortalecendo a confiança pública na atuação policial e promovendo uma segurança pública mais justa e eficaz.

A rápida evolução tecnológica apresenta tanto oportunidades quanto desafios para a aplicação da lei. Por um lado, ferramentas como análise de dados avançada, reconhecimento facial e drones oferecem capacidades sem precedentes para prevenir e responder a atividades criminosas, aumentando a segurança dos cidadãos e a eficiência operacional das forças policiais. Por outro lado, o uso dessas tecnologias levanta questões profundas sobre privacidade, consentimento e a possibilidade de vigilância em massa, desafiando os princípios democráticos fundamentais e os direitos humanos.

O equilíbrio entre segurança e liberdade é um tema central neste contexto. Como sociedade, devemos questionar até que ponto estamos dispostos a sacrificar a privacidade individual em nome da segurança coletiva. A resposta a essa questão não é simples e exige um debate público informado, envolvendo todos os stakeholders: comunidade, forças de segurança, legisladores, acadêmicos e especialistas em tecnologia. A pesquisa de Bezerra Júnior contribui para esse debate, enfatizando a importância de um diálogo contínuo e da participação cidadã na formulação de políticas de segurança pública que reflitam os valores e as expectativas da sociedade.

Além disso, o estudo ressalta a necessidade de uma formação contínua para os profissionais de segurança pública, não apenas em relação ao manejo técnico das novas tecnologias, mas também em termos de consciência ética e legal. O desenvolvimento de competências em ética da tecnologia e direitos humanos é fundamental para garantir que os profissionais da segurança pública possam navegar no complexo terreno moral apresentado pelas tecnologias emergentes.

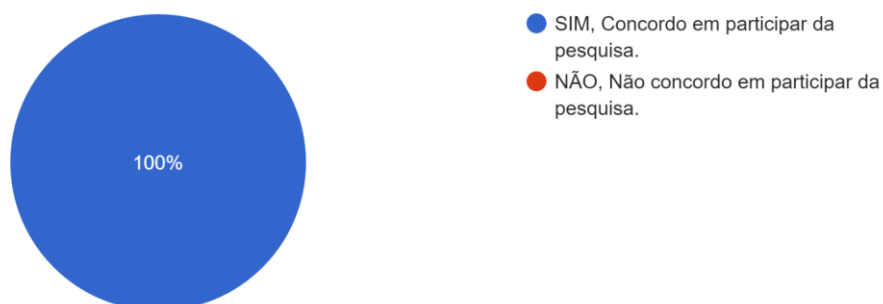
REFERÊNCIAS

- BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional**. São Paulo: Edusp; 2002.
- BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. 2.ed. Edusp: São Paulo, 2003.
- BRITO, José Caetano de. **A evolução histórica da polícia militar de Goiás: uma proposta bibliográfica**. 1991. f. 160. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Academia de Polícia Militar de Goiás, Goiânia, 1991.
- GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GOIÁS. Polícia Militar. **Procedimento Operacional Padrão**. 4. ed. Goiânia: PMGO, 2023.
- GOIÁS. Polícia Militar. **Manual de Defesa Pessoal Policial**. 1.ed. Goiânia: PMGO, 2023.
- James, A.; Smith, B.; Brown, C. **Drones na vigilância e monitoramento em operações policiais: benefícios e preocupações com a privacidade**. 2020.
- Smith, J.; Brown, R. **Reconhecimento facial: poder e desafios legais**. 2019.
- Gonzalez, M.; Rodriguez, P.; Martinez, L. **Integração de softwares de análise de dados nas operações policiais: eficiência, ética e legalidade**. 2018.
- MONET, Jean Claude. **Polícias e Sociedades na Europa**. 2.ed. Edusp: São Paulo, 2006.
- SOUZA, Cibeli de. História da Polícia Militar de Goiás. **O Anhanguera**. Goiânia, ano 1, v. 01, Jan/Abr, Grafope, 1999.
- MENEZES, Danilo Lacerda Cabral de; SILVA, Sullyvan Garcia da. **O USO CORPORATIVO DO WHATSAPP NO SERVIÇO OPERACIONAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS**. 2019.
- PEREIRA, BRUNA. **O USO DO DISPOSITIVO ELÉTRICO DE CONTROLE COMO ARMA MENOS QUE LETAL EM INTERVENÇÕES NA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS**. 2018.
- FGV Direito Rio. “**Segurança Pública na era do Big Data: mapeamento e diagnóstico da implementação de novas tecnologias no combate à criminalidade**”. Revista Segurança Eletrônica. Disponível em: revistasegurancaeletronica.com.br. Acesso em: 02 de dezembro de 2023.
- Bottino, T.; Prates, F.; Vargas, D. “**Impacto das novas tecnologias na segurança pública no Brasil**”. Revista Segurança Eletrônica. Disponível em: revistasegurancaeletronica.com.br. Acesso em: 02 de dezembro de 2023.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE Título da Pesquisa: " IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA LEGISLAÇÃO E NA ATU...es fornecidas neste Termo de Consentimento.

153 respostas



1. Objetivo da Pesquisa: O problema central da pesquisa é claramente definido e aborda as interseções entre tecnologia, lei e práticas policiais em um contexto regional específico, que transcende as fronteiras locais, uma preocupação que Gonzalez et al. (2018)[1] mencionam ao discutir a integração de tecnologias de análise de dados.

O objetivo geral do estudo, que visa avaliar o impacto das novas tecnologias na legislação e na atuação operacional da Polícia Militar de Goiás, está alinhado com a análise abrangente das implicações tecnológicas nas dinâmicas de segurança pública discutida por Gonzalez et al. (2018).

2. Procedimentos: Serei solicitado(a) a responder a um questionário contendo perguntas fechadas sobre a temática da pesquisa. O tempo estimado para conclusão é 5 minutos.

3. Confidencialidade: Minhas respostas serão mantidas em sigilo, e nenhuma informação que possa me identificar individualmente será divulgada. As informações coletadas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos e de pesquisa.

4. Voluntariedade: Minha participação é voluntária, e tenho o direito de retirar meu consentimento a qualquer momento, sem sofrer qualquer penalidade ou consequência. Posso optar por não responder a qualquer pergunta que considerar desconfortável.

5. Uso dos Resultados: Entendo que os resultados da pesquisa podem ser publicados, mas permanecerão anônimos e não identificarão minha pessoa.

6. Consentimento: Ao concordar, expresso minha compreensão sobre os termos desta pesquisa e concordo voluntariamente em participar.

ANEXO B - QUESTIONÁRIO APLICADO

1 - Você está familiarizado com as novas tecnologias atualmente utilizadas na Polícia Militar de Goiás para apoio operacional?

*(a) Sim, tenho amplo conhecimento (b) Sim, conheço algumas tecnologias (c) Conhecimento limitado (d) Não estou familiarizado (e) Não tenho certeza

2 - Na sua percepção, como as novas tecnologias influenciam a eficácia operacional da Polícia Militar de Goiás?

* (a) Melhora significativamente (b) Melhora moderadamente (c) Não tem impacto significativo (d) Reduz moderadamente (e) Reduz significativamente

3 - Em sua experiência, quais desafios legais a Polícia Militar enfrenta ao incorporar novas tecnologias em suas práticas operacionais?

*(a) Questões de privacidade (b) Interpretação e adaptação da legislação vigente (c) Resistência ou preocupações da comunidade (d) Desafios no treinamento e adaptação dos policiais (e) Outros desafios (especificar)

4 - A instituição oferece treinamento adequado para os policiais militares em relação ao uso das novas tecnologias disponíveis?

*(a) Sim, treinamento abrangente (b) Sim, mas limitado (c) Não, treinamento insuficiente (d) Não tenho conhecimento sobre o treinamento oferecido (e) Não aplicável, não utilizo essas tecnologias

5 - Na sua opinião, como o uso de novas tecnologias pela Polícia Militar impacta a percepção pública e a transparência da instituição?

*(a) Melhora a confiança pública e a transparência (b) Pode gerar preocupações, mas aumenta a transparência (c) Não influencia significativamente (d) Gera desconfiança e reduz a transparência (e) Não tenho opinião formada